

ANGOLA, ENTRE O PASSADO E O FUTURO: HISTÓRIA, INTELECTUAIS E IMPRENSA (1870-1900)

Eduardo Antonio Estevam Santos¹

Doutor em História (PUC-SP)

Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

eduardoestevame@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho, procuramos interpretar as narrativas dos jornalistas angolanos sobre os dilemas políticos do seu tempo, numa relação articulada entre o passado, o presente e o futuro. O advento da imprensa provocou transformações na cultura política, repercutindo nas relações entre a província e a metrópole. A partir da segunda metade do século XIX, instaurou-se uma tensão no tempo, inaugurando uma nova ordem, das ideias protonacionalistas.

Palavras-chave: Angola. Imprensa. Intelectual. Passado. Futuro

ANGOLA BETWEEN THE PAST AND THE FUTURE: HISTORY, INTELLECTUAL AND PRESS (1870-1900)

Abstract: In this paper, we seek to interpret the narratives of Angolan journalists about the political dilemmas of their time, in an articulated relationship between past, present and future. The advent of the press caused changes in political culture, affecting the relations between the province and the metropolis. From the second half of the nineteenth century, a tension in time arose, inaugurating a new order of protonationalist ideas.

Keywords: Angola. Press. Intellectual. Past. Future

Texto recebido em: 28/05/2019

Texto aprovado em: 23/11/2019

¹ Desenvolve o projeto de pesquisa financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic): “Pensamento intelectual afro-brasileiro e africano: a diáspora e a moderna cultura política negra (1850-1900)”. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5182160061104098>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1469-0693>.

“O que é que Angola ganhou com o domínio português?”
José de Fontes Pereira, *O Futuro d'Angola*, 8 de abril de 1882.

Neste artigo, procuraremos desenvolver uma interpretação histórica sobre a intelectualidade angolana da segunda metade do século XIX, particularmente os discursos narrativos dos jornalistas publicados em diversos periódicos² da cidade de Luanda, entre as décadas de 1870 e 1890. Faremos uso da categoria “regimes de historicidade”³ desenvolvida por François Hartog, enquanto ferramenta heurística para compreendermos a experiência do tempo vivenciada por esses jornalistas, ou seja, suas apreensões do passado do espaço angolano e do seu futuro. Os jornalistas pesquisados não eram historiadores nem demonstravam pretensões para tal, mas suas narrativas apresentavam um processo de significação⁴ (CERTEAU, 2008, p. 51-52). Nota-se em seus pensamentos uma constante confrontação entre o passado e o presente vivido, em seus posicionamentos críticos ao domínio colonial, em meio às transformações políticas e econômicas na sociedade angolana, tendo o progresso da Angola enquanto horizonte de expectativa⁵ (KOSSELLECK, 2006, 125-131).

Nas três últimas décadas do século XIX, aconteceram mudanças significativas no debate público angolano. Com o decreto de 1º de outubro de 1867⁶, surgiu uma imprensa relativamente livre, o que possibilitou o surgimento de uma “renascença intelectual africana”, termo cunhado

² Utilizamos o termo “periódico” ao invés de jornal por acharmos mais adequado a periodicidade de circulação desta imprensa.

³ O próprio autor adverte para os variados usos dessa categoria, podendo ser amplo ou restrito. “Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria-Luisa da Áustria), ou a de um homem comum; com ele pode se atravessar uma grande obra (literária ou outra), tal como as *Mémoires d'outre-tombe* de Chateaubriand (onde ele se apresenta como o ‘nadador que mergulhou entre as duas margens do rio do tempo’); pode-se questionar a arquitetura de uma cidade, ontem e hoje, ou então comparar as grandes escansões da relação com o tempo de diferentes sociedades, próximas ou distantes. E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade” (HARTOG, 2015, p.13).

⁴ Por não serem historiadores, suas narrativas sobre os acontecimentos passados são discursos na história, que “através das relações estabelecidas entre os fatos, ou da elevação de alguns dentre eles ao valor de sintomas para uma época inteira, ou da ‘lição’ (moral ou política) que organiza o discurso inteiro, existe em cada história um processo de significação que visa sempre ‘preencher’ o sentido da História [...]”.

⁵ Categoria desenvolvida pelo historiador alemão Reinhart Koselleck para interpretar a estrutura do tempo, mas precisamente corresponde a todo um universo de sensações e antecipações que se referem ao futuro, ao que ainda virá (KOSSELLECK, 2006, p. 125-131).

⁶ “Ficam abolidas todas as cauções e restrições estabelecidas para a imprensa periódica pela legislação atualmente em vigor”. Decreto de 22 de maio de 1866, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Direção Geral dos Negócios da Justiça. Anteriormente a essa data, já existia uma imprensa, desde 1845, mas, precisamente, o primeiro a surgir foi o *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*.

pelo jornalista Arantes Braga, em março de 1883, no periódico *O Pharol do Povo*, referente ao reconhecimento da existência de um grupo social, mas precisamente de uma elite pensante com o objetivo difuso, de provocar uma “revolução” no sistema de ideias morais, na ampliação e consolidação da liberdade política.

Tabela 1: Periódicos⁷

PERIÓDICOS	ANO/DURAÇÃO
<i>Boletim do Governo Geral da Província de Angola</i>	1845
<i>A Civilização da África Portuguesa</i>	1866
<i>O Comércio de Luanda</i>	1867-1870
<i>O Mercantil</i>	1870-1891 / 1896-1897
<i>O Cruzeiro do Sul</i>	1873-1878
<i>Jornal de Luanda</i>	1878-1882
<i>Gazeta de Angola</i>	1881
<i>O Echo de Angola</i>	1881-1882
<i>O Jornal de Mossâmedes</i>	1881-1882
<i>O Ultramar</i>	1882
<i>A União Africo-portuguesa</i>	1882-1883
<i>O Futuro de Angola</i>	1882-1891
<i>O Pharol do Povo</i>	1883-1885
<i>O Rei Guilherme</i>	1886
<i>O Serão</i>	1886
<i>O Exército Ultramarino</i>	1887-1888
<i>O Foguete</i>	1888

⁷ Essa relação de periódicos foi desenvolvida pelo Arquivo Histórico Nacional e a Biblioteca Municipal de Luanda, inicialmente como exposição: *Os periódicos como fonte de pesquisa histórica: a imprensa escrita de Angola do século XIX*. Este estudo apoia-se também na pesquisa de Castro Lopo, no seu trabalho *Jornalismo de Angola – subsídios para sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964. Acrescentamos à lista o jornal *A Civilização da África Portuguesa*, que surgiu em Luanda em 6 de dezembro de 1866.

<i>Muen Exi</i>	1889
<i>Arauto Africano</i>	1889-1890
<i>O Desastre</i>	1889-1890
<i>O Tomate</i>	1889-1891
<i>O Correio de Luanda</i>	1890
<i>O Chicote</i>	1890
<i>O Polícia Africano</i>	1890-1891
<i>O Sul de Angola</i>	1892-1893
<i>O Independente</i>	1894
<i>A Bofetada</i>	1894-1895
<i>O Imparcial</i>	1894-1895 / 1898
<i>Propaganda Colonial</i>	1896
<i>Propaganda Angolense</i>	1898

Nota-se, pela duração, o caráter efêmero da maioria dos periódicos (73% circularam por um período de até um ano), exceto para *O Mercantil*, *O Jornal de Mossâmedes* e *O Futuro de Angola*, tendo este último perseverado por nove anos. Alguns eram publicados aos sábados, o que denota que esses sujeitos possuíam outras atividades profissionais, dividindo o tempo com a atividade jornalística. A maioria era publicada em Luanda, os demais em Ambriz, Benguela, Catumbela e Mossâmedes. O número efervescente de jornais pode ser atribuído à lei liberal que ampliou as garantias constitucionais sobre a liberdade de imprensa, a lei de 22 de maio de 1866. O Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, determinou: “Ficam abolidas todas as cauções e restrições estabelecidas para a imprensa periódica pela legislação atualmente em vigor (Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, 1866). É ainda reitera:

A imprensa propaga os inventos da sciencia, - explica-os, discute-os, e aperfeiçoa-os: a imprensa registra os fatos, comenta-os, analisa-os, e deduz deles consequências cuja utilidade nos mostra a história; a imprensa examina as instituições, critica-as e corrige-as: - coíbe os poderes e adoça lhes a natural agrura do mando, - é o fiscal do governo, e, como órgão da opinião pública, representa perante eles de procurador, advogado, e tribuno do povo (Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, 1866)

A atividade intelectual moderna pressupõe a prática da escrita, embora a compreensão do processo propriamente intelectual, o espírito crítico e reflexivo, seja possível também por meio

de outras práticas comunicativas. Para alguns, ela em si era sinônimo de superioridade cultural, a exemplo de Pinheiro Bayão: “[...] essa sociedade, cujo principal indício de vida era a palavra escrita [...]”. A prática jornalística contribuiu para o fortalecimento da língua colonial, em detrimento da língua quimbundo, predominante na sociedade luandense. Por meio da língua portuguesa, a imprensa oitocentista foi responsável por lançar as bases do protonacionalismo angolano, de uma consciência nacional, por vezes ambígua e contraditória, o que revelava o caráter multifacetado do contexto social nas décadas finais do século XIX.

Na primeira metade dos oitocentos, “Angola” era um conjunto territorial descontínuo. Sua zona mais extensa era uma faixa horizontal, de cerca de 300 quilômetros de comprimento, entre Luanda e Pungo Andongo. A “colônia portuguesa de Angola”, ao contrário das representações contemporâneas, ao norte da capital

[...] nem chegava ao Ambriz e a sul terminava no rio Kwanza; seguindo o litoral para sul, havia a feitoria fortificada de Novo Redondo, atual Sumbe, sem domínio do território em redor e, ainda mais a sul, um outro corredor de penetração para o interior, que ia de Benguela a Caconda (NETO, 2017, 107-129).

Ainda havia muitas áreas independentes dominadas pelos poderes locais. Somente na década de 1860 é que o domínio colonial expande as suas posses, através das campanhas de submissão e pacificação. Os conflitos inerentes à expansão de fronteiras têm os seus contornos na Conferência de Berlim (1884-1885) e, somente em 1927, depois de sucessivas negociações, tem-se a definição das questões fronteiriças. As questões das diferenças geográficas, linguísticas e culturais não possibilitaram que esses periódicos tornassem um meio genuíno de comunicação de massas. Somente em 1845, foi instituída, na Angola, uma estrutura oficial de ensino, a exemplo da Escola Principal de Instrução Primária e o Conselho Inspetor de Instrução (LIBERATO, 2014, p. 1006). Além do número inexpressivo de instituições de ensino, no cotidiano escolar, os discentes deparavam-se com as barreiras linguísticas e culturais. Dado o baixo nível de instrução, o jornalista José de Fontes Pereira via na chegada das missões protestantes maiores oportunidades de acesso à educação, “[...] para assimilação mais rápida do povo angolano tribal à civilização” (PÉLISSIER, 2016, p. 156).

Na segunda metade do século XIX, a Angola vivia um momento de tensão e crise. O fim gradativo do trabalho escravo e o avanço das políticas liberais e econômicas marcaram esse momento de trânsito, provocando nessa intelectualidade um horizonte de expectativa sobre uma

possível “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008, p. 34). A escravidão foi juridicamente suprimida nesse século, tendo iniciado esse processo o decreto do liberal Marquês de Sá da Bandeira, em 1836, culminando, em 28 de abril de 1875, no marco da abolição definitiva.

O trabalho escravo era matéria constante nos artigos jornalísticos, principalmente na denúncia de suas “permanências”. Para a imprensa, o passado do tráfico escravo precisava ser superado e esses jornalistas instavam a população angolana para uma consciência do tempo presente, em sua relação com o passado, cuja ênfase recaía no progresso. Denunciava-se a prática de obrigar os negros livres, legalmente “súditos” portugueses, ao penoso trabalho denominado de serviços de “carregadores”, constantes nos territórios que formavam a província angolana. O *Cruzeiro do Sul* lembrava que, segundo a carta constitucional do governo monárquico, todos os portugueses, sem distinção de raça, cor e senso religioso, tinham o direito de dispor do seu próprio trabalho, pela maneira que melhor lhe conviesse. Por força da lei, esses negros deveriam manter-se livres, argumentava o periódico.

As disposições régias anteriores haviam condenado aqueles que desejassem servir-se de gente livre sem lhe pagar. A portaria de 13 de maio 1839 também proibia positivamente o serviço forçado de carregadores em toda extensão da província. A persistência de tais práticas, nesse momento histórico, era resultado do “[...] abuso, promovido e mantido pela cobiça, e exercido em oposição a estas soberanas determinações, tem ali anulado o referido direito [...] (Cruzeiro do Sul)”.

A “continuidade” desse modelo de trabalho consistia num dos graves males para o progresso da província. Diante de tais fatos, o *Cruzeiro do Sul* fez questão de citar as leis proibitivas de 1851 e 1854. O artigo primeiro determinava: fica abolido e proibido em todos os territórios da província de Angola, sem exceção alguma, o serviço forçado, denominado de serviço de carregadores; e o segundo: ficam também abolidos todos os serviços forçados qualquer que seja sua denominação.

Para neutralizar os interesses metropolitanos, esses jornalistas viam na imprensa um meio de comunicação eficiente, de circulação dos seus fortes argumentos. Um dos jornalistas mais expressivos desse período chamava-se José de Fontes Pereira. Ele foi advogado (provisionado) e jornalista, demarcando posição no cenário político nas últimas décadas do século XIX, na cidade de Luanda. Iniciou sua carreira jornalística em 1873 no periódico *Cruzeiro do Sul* e

colaborou na imprensa de Luanda, entre 1870 e 1890, nos periódicos, *O Mercantil*, *O Echo de Angola*, *O Futuro d'Angola*, *O Imparcial*, *O Desastre*, *O Pharol do Povo* e *Arauto Africano*.

Em seu contundente artigo, dentre vários, “Banco Ultramarino: o ministro da marinha e ultramar, feito procurador de partes”, publicado no *Cruzeiro do Sul*, em outubro de 1875, Fontes Pereira criticava essa instituição financeira e o ministério da marinha, em suas intenções de escravizar as finanças da província angolana. Essas instituições tirânicas, segundo o jornalista, provocaram efeitos perniciosos nos destinos dessa malfadada terra portuguesa. Ele defendia o livre comércio como produto do trabalho do homem livre. As medidas protecionistas só beneficiavam meia dúzia de indolentes que viviam do prejuízo de milhares de pessoas que trabalhavam. Fontes Pereira afirmava ainda que os déficits financeiros da economia metropolitana eram sanados por meio dos sacrifícios, das limitações orçamentárias impostas pelo banco ultramarino, sobre a “[...] pele destes pobres diabos que aqui devem ser obrigados a trabalhar como uns mouros para lisonjear o paladar desses senhores que nos protegem, mas só no papel como passaremos a prová-lo no seguimento das presentes linhas” (PEREIRA, 1875).

Dando prosseguimento à sua análise sobre as condições reais da província frente à administração colonial, Fontes Pereira mostra-se preocupado com o progresso de Angola, pois o futuro dessa região não poderia ficar nas mãos dos “civilizadores de Lisboa” que tanto se afadigam em promover a seu modo o desenvolvimento. Nas palavras desse jornalista, “filho do país”⁸, a imprensa era um veículo capital para denunciar as contradições dos “[...] direitos protetores em benefício daquela confraria lisboense.” (PEREIRA, 1875).

Os gastos orçamentários com a província constituíam um excesso de despesas sem correspondentes receitas para se chegar a um equilíbrio. Algumas totalmente desnecessárias, a exemplo das despesas com a visita do rei D. Luiz I (reinado de 1861 a 1889) à província, cuja presença em Luanda não resultou em nenhuma influência nos negócios do reino do Congo, embora essa tenha sido sua principal missão, conforme a interpretação de Fontes Pereira. Este

⁸ “Filho do país”, “filhos deste país”, “filhos d’Angola”, “filhos da terra” ou “filhos desta província” eram as autodenominações do grupo social dos naturais da terra que descendiam de famílias antigas dentre as quais algumas remontam ao século XVII e ao tráfico escravo. Na imprensa, o uso mais comum era “filhos do país”. Faziam parte de uma elite letrada e tinham espaço nos centros de poder, tais como nas câmaras, comissões municipais, serviços militares, nos periódicos, na burocracia colonial. Eram considerados mestiços, socialmente pardos ou mulatos. São atribuídos aos “filhos do país” o nascimento do protonacionalismo. Ver: DIAS, Jill. & VALENTIN, Alexandre. *Nova História da Expansão Portuguesa*. O império africano – 1825-1890. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

jornalista, nesse artigo, desconstrói o discurso retórico português da necessidade de sacrifícios pecuniários nos cofres da metrópole. E, conclui, no seu texto-denúncia, que os resultados dos “sacrifícios pecuniários” não resultaram na edificação de um só templo ou qualquer edifício, uma ponte, não se construiu uma escola, não fez nada de útil aos interesses morais e materiais dessa província. Fontes Pereira não via mudanças significativas no domínio português, desde sua presença mais remota nesse espaço até a sua realidade presente.

Com relação ao Congo, afirmava que, antes da guerra, aquele reino estava no mesmo estado em que se deixaram os nossos primeiros progenitores – Adão e Eva. Seu tom crítico era radical e exagerado, mas político.

[...] para vergonha da nossa civilização, bastará acrescentar, que não só encontra no Congo um só europeu e nem um só homem que saiba ler e escrever. O governo parece antes conservar todos os povos destas regiões no estado de embrutecimento em que foram encontrados há 400 anos, do que negociar com alguma potência mais adiantada com o fim de trazer a luz a tantas milhares de infelizes! (PEREIRA, 1875)

Em termos gerais, as narrativas jornalísticas interpretavam a presença portuguesa como um processo contínuo, linear e regular, enquanto os estudos históricos de base empírica demonstravam que o período da ocupação colonial efetiva do território que hoje conhecemos como Angola começou por volta de 1900 e durou pouco mais de meio século (BASTOS, 2002, pp. 293-321). Sua presença mais intensa se deu com a ocupação militar colonial no decorrer do século XIX. O historiador René Pélissier (2016, p. 89) divide a expansão portuguesa nesse período em três fases: a primeira, 1836-1861; a segunda, 1861-1877 e a terceira, 1890-1930. Essa expansão para o interior não foi fruto de um desenvolvimento gradual, nem de uma acumulação de forças, desenrolou-se em avanços e recuos. Lord Russel, em 1866, interpretou o dilema português de forma objetiva.

Os interesses de Portugal seriam muito mais bem servidos pelo desenvolvimento dos recursos dos vastos territórios que o país já possui em África do que pela tentativa de estender uma soberania estéril a futuras extensões de território nesse continente, que só poderiam ser adquiridas pela violência e pelo derramamento de sangue (PÉLISSIER, 2016, p. 89).

Da costa ao interior do território angolano, ao longo de mais de 400 anos, foram intensos contatos comerciais, econômicos e culturais, principalmente por meio do tráfico de escravos. Como já afirmamos, esse grupo de jornalistas, autodenominados “filhos do país”, tinha suas origens num tempo específico, descendia de famílias antigas que remontam ao século XVII e

ao tráfico de escravos. Suas formações culturais eram resultado de heranças, influências e articulações com a presença portuguesa ao longo dos séculos.

Dessa forma, as afirmações de que Portugal teria dominado desde sempre esse território não passavam de um discurso retórico. Essas narrativas só surgiram porque esses intelectuais construíram uma ordem do tempo, uma história que deveria ser reescrita em nome de um futuro. Cada sociedade constrói o seu futuro, adverte-nos Hartog (2015, pp. 140-147), a partir das suas conjunturas, no nosso caso, a partir dos interesses de uma elite, dos “filhos do país”.

As narrativas do “atraso” tinham por objetivo apresentar o “progresso” (leia-se a criação de uma nação ou alcançar um grau civilizacional nos moldes do mundo ocidental) entre outros imperativos como o único horizonte temporal.

O deslumbramento das descobertas atordoa-lhes os sentidos delirantes, apesar de passarem 400 anos, e nós africanos, sofremos, como é regra natural que nos quer impor, mas nunca o heroísmo ardeu tão forte em nossas veias como hoje que cavamos o fosso da nossa sepultura (BAYÃO, 1873).

Para o redator do periódico *Cruzeiro do Sul*, Francisco Antonio Pinheiro Bayão, o surgimento da imprensa em Angola era um marco civilizatório, o que permitia, ao mesmo tempo, reconhecer o seu estágio civilizacional: “[...] somos uma mancha no esplêndido sol da civilização atual.”

Imbuído ideologicamente do determinismo geográfico evolucionista, Pinheiro Bayão acreditava que a região não era propícia à liberdade de expressão, “[...] o homem livre que chega da Europa estranha tanto os elementos da vida moral como os da vida psíquica. A ideia é de tão difícil aclimação aqui como o corpo humano” (BAYÃO, 1873) Comparou metaforicamente o pensamento “ilustrado” a uma planta mimosa que germina num pântano em meio a um clima estranho e inóspito. Dessa forma, a imprensa aparecia em meio às adversidades, às impossibilidades históricas.

Para ele, a imprensa, enquanto manifestação do pensamento coletivo, governava o mundo, constituía-se numa atividade intelectual fundamental para uma sociedade. Comparava sua falta a um corpo sem alma, o seu objetivo era tornar a sociedade angolana em perpétua germinação com as faculdades dos que pensam, através deste veículo, desta “luz exterior”. Segundo Bayão, o progresso material da humanidade, da indústria e do comércio se deu exclusivamente ao grau de divulgação e vulgarização das ideias pela imprensa, pelos livros,

que percorriam o mundo. Nesse sentido, a imprensa periódica tinha uma importância maior que os livros, dado que a primeira distribuía cotidianamente as riquezas contidas no segundo, a crítica das novas opiniões, a discussão da sua utilidade prática, fazendo a crônica dos acontecimentos, e, acima de tudo, apresentando o resultado prático das aplicações teóricas, indicando a cada instante as reformas a fazer e as ideias que deveriam ser retificadas.

Para ele, o tempo vivido em Angola, ou seja, seu tempo presente, estava mergulhado num sono perpétuo, enquanto viam-se pelo mundo conquistas sucessivas de melhoramentos morais e materiais, “[...] que caracterizam a brilhante civilização deste século [...]” (BAYÃO, 1873). Recomendava aos angolanos, inspiração no esforço profundo do “herói” português Afonso de Albuquerque, para que saíssem do sono profundo e abrissem os olhos para o sol esplêndido que brilhava para todos, o sol da civilização. Em sua interpretação histórica, Bayão se vê preso numa tensão entre o passado e o futuro. Portugal caminhava meio século atrasado com relação aos outros povos e as colônias portuguesas acompanham ainda mais esse atraso.

São bem humildes as aspirações deste periódico. A sua atitude na imprensa é a de suplicante. Pede luz para estas trevas. Pede ordem para este caos. Suplica a todos os que pensam e sentem, a todos quanto são capazes de abnegação e de patriotismo, que ponham em comum os esforços de sua inteligência, e estudem, os que disso são capazes, as causas que entorpecem o desenvolvimento desta sociedade onde só temos em palavras o que lá fora são fatos (BAYÃO, 1873).

Pinheiro Bayão, em tom crítico, atribuiu ao processo colonizador às razões do atraso do esperado progresso. O mundo africano fora resultado da ambição, a conquista não foi um ato heroico, vimos o uso da força com seus abusos inevitáveis, disfarçados pela história, daí Angola não ser um país civilizado. A raça preta não tem nada a agradecer a quem veio de tão longe inquietá-la; nem a raça branca conseguiu gozar em solo angolano das vantagens a que tem direito quem vive em Portugal. O jornalista atribui exclusivamente à sociedade portuguesa os inconvenientes da má organização social, de forma que Portugal não estava em condições de se apresentar como amostra de um país civilizado, nem pelos cômodos da vida material, nem pelos atos da vida intelectual, que revelam os movimentos interiores de uma sociedade que progride. Salientava que a missão do seu periódico era despertar a opinião pública, dado a passividade da população angolana frente às desordens dos serviços públicos provocadas pelas instituições portuguesas (toma como exemplo a sucessão de ministros coloniais).

Para Bayão, se sua iniciativa despertasse o interesse e chamasse à atenção das pessoas competentes, trazendo a luz à discussão das questões fundamentais do atual estágio social de Angola, teria “[...] satisfeito o encargo que nos propusemos, instituindo este jornal.”

O caminho para a civilização. Lino D’Araújo, proprietário e editor do periódico *Cruzeiro do Sul*, enfatizava que, entre os melhoramentos necessários para a província, ocupava em primeiro lugar a instrução pública. O homem só poderia desenvolver suas ideias através da instrução pública, uma vez que esta é a coluna mais firme do progresso material e do florescimento moral de qualquer província e base da sociedade. Todos os publicistas demonstram as vantagens da instrução pública, porque somente ela poderá elevar a moralidade e a civilização, sendo assim, o governo deve prestar toda atenção para esse elemento, pois é o primeiro na ordem a ser atendido. Para D’Araújo, a imprensa tinha um papel central em requerer, com ardor, entusiasmo e fervor, dos poderes públicos o cumprimento dos seus deveres, e principalmente sobre este objeto em particular. Por fim, enfatizava a necessidade de uma reforma na instrução, dada a importância da educação para todas as províncias ultramarinas, pois esta é a “[...] única que lhe pode preparar uma verdadeira época de engrandecimento e civilização” (BAYÃO, 1873).

O periódico *O Echo de Angola* circulou entre os anos 1881 e 1882, sob a direção do jornalista Inocêncio Mattoso da Câmara, redator e proprietário. Publicava-se aos sábados, sob o valor avulso de 150 réis e não possuía tipografia própria, seu material era impresso no *Jornal de Luanda*. Apresentava uma estrutura semelhante aos grandes jornais da época; dividido em quatro colunas, os artigos ocupavam a maior parte das páginas. Além da atividade impressa, Mattoso foi vereador de 1874 a 1877, e, em 1881, foi candidato a deputado, a representante constituinte.

Em seu primeiro número, publicado em 12 de novembro de 1881, *O Echo de Angola*, afirmava não ter grandes pretensões, exceto zelar pelos interesses da província, tão esquecida pela metrópole. E, quando da análise dos fatos, confessava que se manteria na mais restrita imparcialidade, tendo como norte a verdade, não deixando se influenciar pelas paixões. Os direitos dos colonos não poderiam mais ser postergados, em particular os dos seus filhos. Daí, a extrema necessidade de solicitar a todos os poderes públicos da Nação, das autoridades locais, as medidas, as providências atinentes para o seu desenvolvimento. Em defesa da causa pública,

ou seja, das questões e dos problemas relativos ao desenvolvimento de Angola, *O Echo de Angola* esperava satisfazer a expectativa do seu público.

O tão propalado atraso da província foi abordado em tom de campanha política por José de Fontes Pereira no artigo publicado no *O Echo de Angola*, em 1881, sob o título “Paralelo”, na primeira edição desse periódico. Nesse texto, atribui aos “filhos do país”, a elite crioula, a total responsabilidade pelo atraso de sua região, apontando os fatores internos e as contradições desse grupo social. Uns são medrosos; outros, indiferentes, critica Fontes Pereira, em cuja opinião eles se esquecem da sublime condição de homem livre, de sua independência. Tal crítica, segundo o jornalista, não era ofensiva e, caso fosse, estaria ofendendo também a si mesmo. Sua tese era a de que os “filhos do país” não deveriam alienar-se das possibilidades políticas de candidatar-se aos cargos públicos eletivos, que não se deixassem trocar o interesse geral de sua terra pelo mísero emprego que ocupavam.

Essa iniciativa, para Fontes Pereira, tinha por fim impedir que tanto o governo metropolitano quanto provincial continuasse a nomear seus subordinados aos cargos mais elevados sem qualquer habilitação compatível com a função. Suas razões são de ordem política — administrativa e social; a primeira referia-se à má administração dos subordinados, que haviam deixado os cofres públicos numa situação deplorável; a segunda, como reação à onda de preconceitos estimulados pelo governo geral e pelo secretário da fazenda, que orientaram o ministério das colônias a não nomear para os cargos públicos os “filhos do país”, uma vez que não passavam de indolentes, estúpidos e ladrões.

Para Fontes Pereira, os eleitores deveriam prestar mais atenção nos candidatos da província, nos “filhos da terra”. Embora alguns (portugueses residentes em Angola) fossem respeitáveis, eram completamente estranhos às necessidades da província, ao contrário dos ilustrados crioulos que poderiam trazer benefícios mais sinceros aos seus constituintes, ao invés “[...] de todos esses analfabetos, impostos pelo governo aos povos de Angola, para os representarem em cortes!” (PEREIRA, 1881). O tom panfletário do seu texto aparece no momento em que Fontes Pereira solicita a confiança dos seus conterrâneos na eleição para deputado e apresenta Inocêncio Mattoso Câmara como candidato. Este, segundo Fontes Pereira, não tem deixado de pedir pela imprensa do reino providências contra o estado anormal da

fazenda pública angolana. Providências que só um “filho do país” como o senhor Mattoso poderia solicitar dos altos poderes do estado a favor dos interesses da província.

Em 1873, o jornalista Alvaro de C. M. S. e Andrade, num artigo sob o título “Emigração e colônias”, publicado no periódico *Cruzeiro do Sul*, defendia a necessidade de uma onda migratória para o território angolano. O progresso da Angola devia à emigração, precisava de uma entrada maciça de colonos da metrópole, como província portuguesa que era, uma vez que necessitava de muitos braços. “Contudo a lei do trabalho não acompanhou a da emancipação dos pretos em Angola, e nós estamos já em 1873”. Alvaro Andrade, assim como a maioria dos jornalistas nessas décadas finais do século XIX, acreditava que o progresso angolano poderia ser realizado em parceria com as forças estrangeiras para explorar as riquezas e tinha plena consciência de que Angola e as demais possessões portuguesas permaneciam num estado de atraso lastimoso.

Onde estão os colonos? As vias de comunicação, instrução popular, os missionários? Indagava Alvaro Andrade. Entre um passado heroico e o progresso enquanto horizonte de expectativa, Alvaro Andrade refletia em seu artigo que Portugal, no começo do século XV, entre todas as nações cristãs, era a mais notável pelo espírito das empresas marítimas. E prossegue, em pouco tempo, descobriram e ocuparam Madeira, depois Açores, Cabo Verde e Congo, e, até que enfim, Bartolomeu Dias preparou uma grande revolução na Europa com a descoberta do cabo da Boa Esperança. Desde então, Portugal adormece e esse território, outrora tão rico, ficou reduzido às proporções de uma província.

De propriedade do jornalista José Pinto da Silva Rocha, *O Mercantil* era publicado semanalmente, tratava de diversos temas, tais como, política, comércio agricultura, literatura, infraestrutura da cidade (principalmente abastecimento de água), eleições, entre outros assuntos. Era impresso em tipografia própria. Esse periódico atravessou quase todo período que compreende o recorte temporal desta pesquisa. Criado em 9 de julho de 1870, circulou até o ano de 1891, voltando a ser publicado em 1896, em formato de revista, e encerrando suas atividades no ano seguinte, em 1897. No ano de 1873, houve uma breve interrupção (LOPO, 1964, s\p) devido a questões políticas, a oficina foi fechada e os prelos apreendidos. O motivo de tamanha perseguição política foi à cobertura que *O Mercantil* fez da Guerra dos Dembos, divulgando para o grande público a derrota militar portuguesa.

Todos sabem quantos desastres temos sofrido em Angola, na Guerra do Congo, na de Cassange, e na deplorável campanha dos Dembos, cuja história teremos de fazer em ocasião oportuna, por ser um capítulo da história colonial singularmente interessante e instrutivo (BAYÃO, 1873).

O ato de censura, num período de liberalismo constitucional monárquico, teve a reprovação do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar, João de Andrade Corvo, que assinou a seguinte portaria:

Manda sua majestade El-Rei [...] que o novo Governador Geral da Província faça sem demora tornar ao seu estado anterior tudo quanto foi alterado administrativamente, e sem intervenção da competente autoridade judicial, e faça manter ileso a liberdade de imprensa, cumprindo que seus abusos quando os haja sejam punidos e reprimidos, segundo a disposição das leis (BAYÃO, 1873).

Essa reação do domínio colonial português também revela o contrário, o outro lado, a força ativa da imprensa angolana. Esse tipo de controle procurava evitar a condução do debate público para uma escala mais ampla, assim como não tornar possível a transmissão contínua das opiniões do público para os líderes locais.

A imprensa era um meio eficaz de instituir ideias “nacionalistas”, de conduzir o debate público crítico à presença portuguesa em território angolano, a exemplo das posições desse periódico à desastrosa campanha portuguesa em Dembos. *O Mercantil* circulou por todos os conselhos do *hinterland* de Luanda, e ainda nos distritos de Dembos, Ambriz, Benguela e Mossâmedes. Os números publicados eram logo esgotados porque “[...] até os pretos rudes das cubatas de capim compram e depois de uma leitura já comentam os seus artigos a seu modo (SILVA, 2018, s\p)”.

O Pharol do Povo – folha republicana, editado por Arantes Braga, circulava todos os sábados. Com o valor de 60 reis para venda avulsa, apresentava uma diagramação de um grande periódico, as páginas dividiam-se em quatro colunas. Como os demais, hierarquicamente, os artigos assinados tinham proeminência, seguidos de noticiais, crônicas, anúncios, comunicados e errata. Apresentava também uma seção literária. Tinha a sua própria tipografia, situada na rua Salvador Correia, primeiro andar.

No artigo “Angola perante a ideia de século”, *O Pharol do Povo* pretendia romper com o passado (atraso) e projetar um futuro (progresso). Fundado em março de 1883, apresentava em sua edição de estreia um longo artigo que ocupava toda a primeira página, dividido em quatro colunas. Nesse texto, afirmava ser um jornal verdadeiramente africano, com pretensões de

representar o pensamento desse continente, “[...] o gênio dos povos que habitam a África” (BRAGA, 1890), perante o mundo.

Provocar a reunião dos elementos da nova renascença intelectual africana – com o fim de desbravar a natural rudeza desta raça – quebrar-lhe as cadeias da escravidão e que estão habituados, e infiltrando na alma o amor à liberdade – é o fim do *Pharol do Povo* (BRAGA, 1890).

O artigo enfatizava que a emancipação era o destino de todas as colônias, o que era uma necessidade reconhecida pelo Direito Internacional. A emancipação se fazia necessária tendo em vista os abusos, as arbitrariedades, o absolutismo monárquico, que limitavam as manifestações da opinião pública. A história tem demonstrado que as colônias só conseguiram se emancipar quando reconheceram as suas próprias forças, quando apresentaram suas capacidades para uma nação independente e conseqüentemente a metrópole já não mais apresentava meios para dominá-la.

O regime colonial português, afirmava, se foi aceitável para os dias do descobrimento, não podia ser mais tarde para a administração da imensa região povoada de habitantes em número superior aos de Portugal. *O Pharol do Povo* enxergava num futuro próximo à possibilidade de Angola administrar suas próprias riquezas. Já não era mais cabível ficar recebendo de Portugal apenas leis, governantes. Dessa maneira, as colônias africanas não teriam vida completa, estando completamente paralisadas.

Não esqueçamos, alerta *O Pharol do Povo*, que Portugal nos deve uma desforra, pelo muito que nos deve e pelo muito que nos abandonou, durante quatro séculos. Nota-se no editorial d’*O Pharol do Povo* um chamamento moral frente às nações civilizadas, para o reconhecimento da grandeza africana, que se civilizava e que ordenava ao mundo civilizado que escutasse suas queixas, suas vozes, mas especificamente essa “[...] maldita mãe, que nos tem servido de madrasta.” (BRAGA, 1890).

O Desastre – órgão político e noticioso, ao contrário dos demais periódicos até aqui analisados, tinha uma publicação quinzenal, num formato menor que os periódicos de maior circulação. Os artigos eram distribuídos em apenas três colunas, no geral apresentavam textos políticos, poucos anúncios e comunicados. O valor da venda avulsa do periódico era de 70 réis. As impressões eram produzidas em várias tipografias, ora na tipografia do jornal *O Futuro de Angola*, ora na do *Arauto Africano*.

Considerava-se assinante todo aquele “[...] cavaleiro que receber o nosso jornal e não o devolver imediatamente (O desastre, 1890).” De tendência republicana, *O Desastre* apresentava-se em seu primeiro número, em 30 de setembro de 1889, como um jornal modesto, de estilo simples, sem frases retóricas ou linguagens empoladas “[...] porque para isso não possuímos elementos (O desastre, 1890)”. Contudo, afirmava que possuía uma grande vontade para tratar dos interesses do país.

“É necessária a união luso-angolana?” Com essa pergunta, Mamede de Santana e Palma, proprietário e editor d’*O Desastre*, deu início a este provocativo artigo. Alertava ao leitor que o título não agradaria a muitos, mas, ao mesmo tempo, não apresentaria más intenções. Mais uma vez, apresentava um passado de sofrimento: os angolanos estão habituados, desde tenra idade, a suportar todas as desventuras e sofrerem as mais terríveis ausências. “O Desastre vem para orientar muitos, convencendo-os de que Angola um dia se regenera, porque conhecemos bem o alcance dos nossos justos clamores que serão um dia atendidos pela Europa (PALMA, 1890)”.

O tom radical do artigo referia-se à necessidade de contar como aliados desse projeto político os portugueses residentes em Angola, pois, uma vez que Portugal tinha interesses na província, estes também deveriam pressionar a administração lusitana para duas medidas úteis: a proteção ao comércio, à agricultura e à indústria ou o abandono completo de Angola. Chamava a atenção também para os filhos de Portugal que, em Angola, adquiriram fortunas e que deveriam aplicar esses capitais nesse território, para o melhoramento da província, ao invés de investir em terras europeias. Tal comportamento, para Mamede Palma, era tão ingrato como vaidoso.

À guisa de conclusão

Para os redatores aqui analisados, o domínio (sem hegemonia) colonial português sobre Angola era um fato, ainda assim, a intelectualidade angolana, de forma difusa, provocou, através da imprensa, o reconhecimento público de suas aspirações, das suas lutas ideológicas, colocando em evidência às tensões do poder colonial. Procuramos destacar nas narrativas jornalísticas dos mais variados periódicos o ponto de vista dos articulistas, que refletiam muito mais o período em que viviam do que aquilo sobre o qual estavam escrevendo (CARR, 1996. p. 145). Preocupavam-se mais em apontar as fragilidades e os desmandos da administração

colonial do que a condução de um debate sistematizado sobre o desenvolvimento. Interpretaram os vestígios do passado, ou seja, as sobrevivências das estruturas que ainda eram realidades vivas, baseados numa concepção iluminista da história como meta para o progresso (Edward Gibbon, apud por CARR, 1996, p. 145).

Esses sujeitos viviam um espaço de tensão frente aos imperativos do seu tempo, às contradições entre o domínio colonial e os reais anseios dos “filhos do país” frente ao desenvolvimento de Angola, ainda que essa elite do jornalismo acreditasse num futuro promissor angolano associado ou sob a cooperação de algum país europeu. A imprensa como força ativa, muito mais que o registro de artigos, através da palavra impressa, acompanhou os momentos mais decisivos dos acontecimentos, conquistou espaços, inaugurou uma nova cultura política. Tudo isso, em virtude da construção de uma narrativa política que articulava o passado, o presente e o futuro, vivenciado de forma específica, em um flanco aberto para um horizonte de expectativas, o ideal nacionalista.

Bibliografia

Periódicos⁹

BAYÃO, Francisco Antonio Pinheiro. *Cruzeiro do Sul* – órgão dos interesses das províncias ultramarinas. 16 de junho de 1873. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, n. 1.

BRAGA, Arantes. *Angola perante a ideia de século*. *Pharol do Povo* – folha republicana. 17 de março de 1883. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, n.5. *Correio de Luanda*, 1890.

Cruzeiro do Sul – órgão dos interesses das províncias ultramarinas. *O Trabalho Rural*. 3 de novembro de 1875. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, n. 1.

O Desastre – órgão político-noticioso. 15 de janeiro de 1890. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, nº 5.

PALMA, Mamede de Santana. *O Desastre* – órgão político-noticioso. 15 de janeiro de 1890. 15 de janeiro de 1890. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, nº 5.

PEREIRA, José de Fontes. *Banco Ultramarino*. *Cruzeiro do Sul* – órgão dos interesses das províncias ultramarinas, 3 de novembro de 1875. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-3, n. 197.

PEREIRA, José de Fontes. *Paralelo*. *O Echo de Angola*. 12 de novembro de 1881. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, n. 1 (12 nov. 1881-n.9).

Referências

ANDERSON. B. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BASTOS, Miguel Vale de Almeida Cristiana e BIANCO-FELDMAN, Bela. *Novas Identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico*. Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2002, pp. 293-321.

⁹ Foram analisados na Biblioteca Nacional de Portugal os artigos dos periódicos destacados a baixo: *O Cruzeiro do Sul* (1873, 1874, 1875, 1876); *O Mercantil* (1881 e 1885); *Echo de Angola* (1881); *Pharol do Povo* (1883 e 1884); *Correio de Luanda* (1890); *O Desastre* (1889 e 1890).

BITTENCOURT, Marcelo. *Velho tema, novos problemas: a criouliidade em angola*. In: III Reunião Internacional Sobre a História de Angola. Arquivo Nacional de Angola.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas – trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Editora Vega, 1999.

CARR, Edward H. *Que é História*. Editora: Paz e Terra, 1996.

CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conservas sobre história e imprensa*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, nº35, pp. 255-272, dez, 2007.

DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa – a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DIAS, Jill. & VALENTIN, Alexandre. *Nova História da Expansão Portuguesa. O império africano – 1825-1890*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade – presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

LIBERATO, Ermelinda. *Avanços e retrocessos da educação em Angola*. Revista Brasileira de Educação, v. 19, nº 59, out-dez, 2014, p. 1003-1031.

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Direção Geral dos Negócios da Justiça. Decreto de 22 de maio de 1866.

LOPO, J. C. *Jornalismo de Angola – subsídios para sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

NETO, Maria da Conceição. *De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”:* *Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial*. Cadernos de Estudos Africanos, jan-jun 2017, 33, 107-129.

PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2016.

PINTO, Alberto de Oliveira. *História de Angola – da pré-história ao início do século XXI*. 2ª edição. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2017.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Rosa Cruz. *Construindo a história de Angola – as fontes e sua interpretação*. União dos Escritores Angolanos. <<http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/72-construindo-a-historia-angolana-as-fontes-e-a-sua-interpretacao>>, consulta em 12 de abril de 2018.